



GT 22. Cartografia Social, Megaempreendimentos, Conflitos Sociais e Povos e Comunidades Tradicionais

Coordenador(es):

Alfredo Wagner Berno de Almeida (UEA - Universidade do Estado do Amazonas)

Patrícia Maria Portela Nunes (UEMA - Universidade Estadual do Maranhão)

O objetivo do G.T consiste em analisar a relação entre a implantação de megaprojetos de mineração, infraestrutura e logística e seus efeitos socioambientais a partir do mapeamento das estratégias globalizadas de desenvolvimento executadas na Amazônia e no Cerrado, com base na representação dos próprios povos e comunidades atingidos. Um elemento comum dos projetos que investem na mineração refere-se à concentração fundiária sob o domínio de grupos de interesse vinculados aos agronegócios e à extração mineral e de gás e petróleo. Os efeitos mais pertinentes concernem ao modo como o aquecimento do mercado de terras e a respectiva tendência ascensional dos atos de compra e venda, juntamente com o aumento da grilagem, tem inviabilizado a reprodução física e cultural destes povos e comunidades, desestruturando radicalmente a vida social e as modalidades de uso comum dos recursos básicos. Em termos jurídicos tem-se a usurpação das terras tradicionalmente ocupadas e por extensão das chamadas “terras comunitárias”. Tal fato pode ser observado tanto na Amazônia, quanto no Cerrado e em outras regiões do País, com a destinação de grandes extensões de terras para a monocultura (soja, algodão, eucalipto, cana-de-açúcar), pecuária extensiva, extração mineral e obras de infraestrutura ou de escoamento da produção (rodovias, ferrovias, portos, aeroportos, oleodutos, gasodutos, hidrelétricas e parques eólicos).

Entre o Nhadereko e o progresso: a luta dos Guarani Mbya no litoral do Paraná

Autoria: Alana Pinto Margarida (Nenhuma)

A Terra Indígena Sambaqui está localizada no litoral do Paraná, e nela há duas aldeias - Guaviraty e Karaguata Poty, habitadas por indígenas do povo Mbya Guarani. Há algum tempo a comunidade indígena que vive nessa terra vem sofrendo por alguns fatores, mas talvez o maior deles seja a especulação imobiliária, isso porque há um projeto do governo do Estado que visa a construção de uma rodovia que passaria próximo às aldeias. Tal empreendimento impactaria a vida dos guarani, bem como toda a fauna e flora que lá existe, pois trata-se de uma parte da Mata Atlântica. No entanto, o fato mais intrigante - e revoltante - é que este não é o único empreendimento envolvendo a região. Há também um projeto de implantação de um porto privado nas redondezas da TI, e a construção da rodovia seria fundamental pra o porto pois facilitaria o transporte até o mesmo. Então, pode-se considerar que existe uma cooptação entre o público e o privado. Desse modo, objetivo desse work é abordar essas questões a fim de dar visibilidade a situação a qual esses indígenas estão enfrentando, em tempos em que o desenvolvimento e o progresso são entendidos como uma desvalorização total do meio ambiente, onde o dinheiro é quem dita as regras e o lucro deve ser obtido a qualquer custo, independente dos danos causados e das leis que regem esse país.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: